

## **CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO (IDEIAS) PARA A REGENERAÇÃO URBANA DO BAIRRO NOVO DA FIGUEIRA DA FOZ**

**Município da Figueira da Foz**

**Concurso N.º 0001/2012**

### **TERMOS DE REFERÊNCIA**

Todos os direitos reservados.

Nenhuma peça, escrita, gráfica ou desenhada incluída no presente Processo de Concurso pode ser reproduzida, modificada ou publicada, seja por que meio for, sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.

## TERMOS DE REFERÊNCIA

## Índice

### Enquadramento

3

ARTIGO 1.º _ Objeto e modalidade do concurso	4
ARTIGO 2.º _ Entidade Adjudicante e Órgão que tomou a decisão de selecionar o Trabalho de Conceção	4
ARTIGO 3.º _ Organização do processo de Concurso	5
ARTIGO 4.º _ Processo do Concurso de Conceção	5
ARTIGO 5.º _ Disponibilização do Processo do Concurso	5
ARTIGO 6.º _ Esclarecimentos	6
ARTIGO 7.º _ Visitas ao Local	6
ARTIGO 8.º _ Júri do procedimento	7
ARTIGO 9.º _ Concorrente	7
ARTIGO 10.º _ Impedimentos	8
ARTIGO 11.º _ Documentos de identificação	9
ARTIGO 12.º _ Documentos que materializam os Trabalhos de Conceção	9
ARTIGO 13.º _ Documentos para efeitos de divulgação e exposição – CD/DVD-Rom	10
ARTIGO 14.º _ Modo de apresentação dos Trabalhos	11
ARTIGO 15.º _ Lugar e data limite de apresentação dos Trabalhos	11
ARTIGO 16.º _ Envio por serviço postal	12
ARTIGO 17.º _ Apresentação de vários Trabalhos de Conceção	12
ARTIGO 18.º _ Idioma	13
ARTIGO 19.º _ Critérios de seleção	13
ARTIGO 20.º _ Apreciação dos Trabalhos de Conceção	13
ARTIGO 21.º _ Apresentação pública dos resultados	14
ARTIGO 22.º _ Audiência prévia	14
ARTIGO 23.º _ Prémios	14
ARTIGO 24.º _ Notificação da decisão de seleção	15
ARTIGO 25.º _ Habilitações	15
ARTIGO 26.º _ Divulgação da decisão de seleção, Publicação dos Trabalhos, Exposições e Debates/Seminários	16
ARTIGO 27.º _ Devolução dos trabalhos	16
ARTIGO 28.º _ Direitos de Autor	16
ARTIGO 29.º _ Indemnizações	17
ARTIGO 30.º _ Calendário	17
ANEXOS : Anexo I Programa Preliminar	
Anexo II Nomeação do Júri	
Anexo III Boletim de Identificação (1)	
Anexo IV Esquema de Apresentação dos Trabalhos	
Anexo V Ortofotomapa	
Anexo VI Cartografia Base	
Anexo VII Levantamentos Topográficos	
Anexo VIII Instrumentos de Gestão Territorial	
Anexo IX Informação Complementar	

### Enquadramento

**A CIP – Confederação Empresarial de Portugal** tem vindo a desenvolver um ambicioso e cada vez mais inadiável projeto para promover a Regeneração Urbana, que pretende, entre outros objetivos, realizar a recuperação de centros urbanos, zonas históricas e grandes equipamentos abandonados ou degradados, criando assim oportunidades de revitalização da fileira da construção.

**A ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz**, no cumprimento da sua missão e dos seus objetivos específicos de apoio às empresas e à atividade económica, bem como no quadro da sua participação no projeto de regeneração urbana da Figueira da Foz e complementarmente a iniciativas que tem vindo a desenvolver de dinamização do Centro Urbano, do seu comércio e desenvolvimento, encontra-se naturalmente interessada em promover e participar em iniciativas e projetos dos quais resulte desenvolvimento empresarial, promoção de investimento e dinamização da atratividade da Figueira da Foz.

**O MFF – Município da Figueira da Foz**, ciente da importância de dinamizar, recuperar e revitalizar o Centro Urbano da Cidade, com enquadramento numa estratégia municipal pré – definida, e em articulação com a intervenção no espaço público da marginal ribeirinha que se encontra a implementar, no âmbito do Projeto de Parcerias de Regeneração Urbana financiado pelo PO – Centro, entendeu imprescindível associar-se ao projeto piloto da CIP, assumindo um papel dinamizador, e promovendo o debate e a análise de propostas que permitam a definição de um Plano de Regeneração Urbana, suportado numa estratégia coerente, racional e sustentável.

A iniciativa de cooperação que é assumida pelas três Entidades, e que para o seu sucesso deverá contar também com uma participação ativa dos proprietários e potenciais investidores locais, aposta na Regeneração Urbana como uma oportunidade de investimento multidisciplinar, no quadro de uma política integrada.

Não obstante a situação atual da economia portuguesa, existem oportunidades que há que potenciar, todas elas orientadas para recuperar vastas áreas urbanas ou industriais, num processo que, se for implementado, permitirá, num período de 18 a 20 anos, criar mais de meio milhão de postos de trabalho, no total, e contribuir, em cada um desses anos, para um acréscimo do PIB em cerca de 900 milhões de euros.

Para a realização destes objetivos e no âmbito do projeto “FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA”, uma iniciativa da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, com o apoio do programa COMPETE/SIAC, serão definidas estratégias de intervenção em três áreas urbanas das regiões de convergência (Viana do Castelo, Figueira da Foz e Portalegre) em que serão desenvolvidas ações-piloto para a elaboração de Planos de Regeneração Urbana.

#### **ARTIGO 1.º \_ Objeto e modalidade do concurso**

1. O presente procedimento tem por objeto a seleção de 1 (um) Trabalho de Conceção, com o intuito de promover a reflexão e o debate acerca da Regeneração Urbana do Bairro Novo da Figueira da Foz, considerando um conceito alargado à sua envolvente, para que se possam encontrar soluções que potenciem a revitalização e valorização deste local.
2. Os Trabalhos de Conceção objeto do presente concurso devem observar os requisitos constantes do Programa Preliminar que constitui o Anexo I aos presentes Termos de Referência, tendo em consideração que o projeto ordenador será o projeto de arquitetura, nos termos da alínea o) do artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
3. O presente Concurso de Conceção segue o disposto no Título IV, Capítulo I, da Parte II do Código dos Contratos Públicos<sup>1</sup> (CCP) e reveste a modalidade de Concurso Público (ao nível de Concurso de Ideias) tendo o anúncio sido alvo de publicação no Diário da República (DR) e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).
4. O presente Concurso decorre sob anonimato e não está prevista a adjudicação dos Trabalhos de Conceção selecionados, isto é, não haverá lugar à realização de posterior procedimento de ajuste directo com vista à celebração de contrato.
5. O objeto do presente concurso insere-se, para efeito de classificação conforme vocabulário comum para contratos públicos (CPV), no vocabulário principal 71200000-0 (Serviços de Arquitetura e Afins), de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L 74, de 15 de março de 2008.

#### **ARTIGO 2.º \_ Entidade Adjudicante e Órgão que tomou a decisão de selecionar o Trabalho de Conceção**

1. A Entidade Adjudicante é o Município da Figueira da Foz, com sede no Edifício da Câmara Municipal, Avenida Saraiva de Carvalho, código postal 3084-501 Figueira da Foz, com o telefone n.º 233 403 300, fax n.º 233 403 310, e endereço de e-mail [municipe@cm-figfoz.pt](mailto:municipe@cm-figfoz.pt)
2. A decisão de selecionar 1 (um) Trabalho de Conceção foi tomada por Deliberação da Câmara Municipal, de 11 de Setembro de 2012, o órgão competente para autorizar o procedimento, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
3. Esta decisão surge no seguimento da iniciativa “Fazer Acontecer a Regeneração Urbana”, promovida pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal que propôs ao Município da Figueira da Foz a definição de uma área que reúna as características para servir de Projeto – Piloto, tendo em vista a posterior definição de um Plano de Regeneração Urbana

---

<sup>1</sup> Código dos Contratos Públicos - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e alterado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro

### **ARTIGO 3.º \_ Organização do processo de Concurso**

1. O presente Concurso de Conceção foi organizado pelo Município da Figueira da Foz com o apoio da CIP – Confederação Empresarial de Portugal e da ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, Entidades que disponibilizarão nos respectivos sites uma página própria relacionada com o projecto, onde poderão ser consultados os elementos que integram o processo de concurso.
2. O presente Concurso de Conceção tem também o apoio da Companhia de Seguros Açoreana SA que, através de patrocínio celebrado com o Município, e aceite por deliberação de Câmara Municipal de 11 de Setembro de 2012, assumirá o pagamento do prémio do trabalho seleccionado e de eventual Menção Honrosa que venha a ser atribuída .
3. O presente Concurso de Conceção conta ainda com a designação de jurados por parte da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos ( OASRN).

### **ARTIGO 4.º \_ Processo do Concurso de Conceção**

1. O Processo do Concurso é constituído, ao abrigo do disposto nas alíneas a) a n), do ponto 1. do artigo 226º do CCP, pelos presentes Termos de Referência e respetivos Anexos, que integram os elementos escritos, gráficos e demais documentos necessários ao suporte do estudo e desenvolvimento do objeto do Concurso, de acordo com a lista a seguir apresentada:
  - a) Termos de Referência, e  
Anexo I: Programa Preliminar  
Anexo II: Cópia da nomeação do Júri  
Anexo III: Boletim de Identificação  
Anexo IV: Esquema de apresentação dos trabalhos  
Anexo V - Ortofotomapa  
Anexo VI - Cartografia Base  
Anexo VII - Instrumentos de gestão territorial  
Anexo VIII - Informação Complementar;
  - b) Anúncio, e  
Anexo - Documento comprovativo da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

### **ARTIGO 5.º \_ Disponibilização do Processo do Concurso**

O processo completo do presente concurso está disponível para visualização e download, desde a data de envio do anúncio para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, no site da Câmara Municipal da Figueira da Foz ([www.cm-figfoz.pt](http://www.cm-figfoz.pt)) , no site da CIP– Confederação Empresarial de Portugal ( [www.regeneracaourbana.cip.org](http://www.regeneracaourbana.cip.org)) e no site da ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz ([www.aciff.pt](http://www.aciff.pt)), bem como na Plataforma de Compras Públicas “ CONSTRULINK” (<http://www.compraspublicas.com>), podendo ser consultado livremente por qualquer interessado.

2. Qualquer interessado que proceda ao download do Processo de Concurso, independentemente da apresentação, ou não, de proposta a concurso, não poderá utilizar os elementos integrantes do mesmo para fins diversos aos estipulados nos presentes Termos de Referência, observando assim os direitos que se encontram protegidos.
3. De acordo com a legislação portuguesa que rege os direitos de propriedade intelectual, a reprodução, modificação e publicação, integral ou parcial, de todo ou parte dos elementos acima referidos, são estritamente proibidas, quando não autorizadas previamente.

#### **ARTIGO 6.º \_ Esclarecimentos**

1. Quaisquer esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos presentes Termos de Referência devem ser solicitados pelos interessados exclusivamente através do endereço electrónico [municipe@cm-figfoz.pt](mailto:municipe@cm-figfoz.pt) da Câmara Municipal da Figueira da Foz , dentro do prazo definido no artigo 30.º Calendário e que decorre até ao 22.º dia após a data de envio do Anúncio para publicação no DR e no JOUE.
2. Os pedidos de esclarecimento serão remetidos à Entidade Adjudicante isentos de qualquer elemento suscetível de identificar o Concorrente, observando o princípio do anonimato subjacente ao Concurso.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri, até ao termo do prazo definido no artigo 30.º Calendário e que decorre até ao 44.º dia após a data de envio do Anúncio para publicação no DR e no JOUE.
4. No caso de não ser possível ao Júri disponibilizar os esclarecimentos previstos no número anterior no prazo definido para o efeito, haverá lugar à prorrogação de prazo para entrega dos trabalhos de conceção, por período equivalente ao tempo de decorrido entre o prazo estipulado para o efeito e o atraso verificado.
5. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores, juntamente com outras informações julgadas oportunas, serão anexados ao processo de concurso e disponibilizados nos sites referidos no ponto 1 do artigo 5º.
6. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores fazem parte integrante dos presentes Termos de Referência e prevalecem sobre estes em caso de eventual divergência.
7. Não havendo pedidos de esclarecimento, a Entidade Adjudicante fará constar essa informação no Processo do Concurso, anexando-a às peças patentes para consulta.

#### **ARTIGO 7.º \_ Visitas ao Local**

1. As visitas ao local ocorrerão livremente, sem necessidade de qualquer marcação prévia uma vez que o local é de livre acesso.
2. Todas as questões que possam surgir na sequência das mesmas deverão ser formalizadas por escrito, de acordo com as regras indicadas no artigo 6.º .

**ARTIGO 8.º \_ Júri do procedimento**

1. O presente concurso é conduzido pelo Júri, nomeado por deliberação da entidade referida no nº 2 do artigo 2.º, cuja cópia constitui o Anexo II aos presentes Termos de Referência.
2. O Júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do Anúncio do Concurso para publicação.
3. O Júri só pode funcionar quando o número de membros presentes na reunião corresponder ao número de membros efetivos.
4. Na sua primeira reunião o Júri pode eleger, de entre os seus membros, o Relator, bem como designar um Secretário, de entre os funcionários ou colaboradores dos serviços da Entidade Adjudicante.
5. O órgão competente para a decisão de contratar, por sua iniciativa ou por solicitação do Júri, pode designar peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções, podendo aqueles participar nas reuniões do Júri, sem direito de voto.
6. Das reuniões do Júri serão lavradas as respetivas atas que, depois de aprovadas, serão por este assinadas.
7. As deliberações do Júri serão tomadas por maioria simples de voto, não havendo lugar a abstenções.
8. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, devem constar da ata as razões da sua discordância.
9. O Júri aprecia os Trabalhos de Conceção apresentados a concurso registando, em cada reunião, as deliberações e respetiva fundamentação em ata.
10. O Júri elabora um relatório final, assinado por todos os seus membros, no qual fundamenta as deliberações e as classificações atribuídas, ficando nele, também, exaradas as declarações de voto.
11. As deliberações do Júri relativas à ordenação ou exclusão, por inobservância do Programa Preliminar (Anexo I), dos Trabalhos de Conceção apresentados têm carácter vinculativo para a Entidade Adjudicante, não podendo, em qualquer caso, ser alteradas depois de conhecida a identidade dos Concorrentes.
12. Até ao anúncio público do Relatório Final, os membros do Júri, Secretário, peritos e consultores devem manter absoluta confidencialidade sobre qualquer informação obtida no exercício das suas funções.
13. Os membros dos Júri devem pautar a sua participação em absoluto respeito pelos presentes Termos de Referência e demais legislação vigente aplicável e em consonância com os princípios de ética e deontologia, o seu conhecimento e a sua experiência profissional.

#### ARTIGO 9.º \_ Concorrente

1. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, podem apresentar Trabalhos de Conceção, enquanto Concorrentes:
  - a) Profissionais independentes ou empresários em nome individual habilitados a exercer a atividade de elaboração de estudos e projetos de Arquitetura em Portugal, com inscrição válida na Ordem dos Arquitetos;
  - b) Pessoas coletivas cujo objeto social abranja a atividade de elaboração de estudos e projetos de arquitetura, tendo, obrigatoriamente, nos seus quadros, técnico(s) com a habilitação profissional exigida na alínea anterior.
2. Os Concorrentes de outros Estados-Membros da União Europeia<sup>2</sup> poderão concorrer em igualdade de circunstâncias com os Concorrentes de nacionalidade Portuguesa desde que garantam qualificações profissionais equivalentes às exigíveis em Portugal para o desempenho da respetiva profissão.
3. Os Concorrentes, arquitectos de outros Estados-Membros da União Europeia, deverão garantir a inscrição em associação profissional congénere, assim como a posse de habilitações académicas equivalentes, de acordo com o constante do Capítulo III da Diretiva 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, e respetivas alterações.
4. O Projeto pode ser subscrito por um agrupamento de Concorrentes, sem qualquer modalidade jurídica de associação, desde que, cada membro respeite o definido nos números 1 e 2.
5. Os membros de um agrupamento Concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes a título individual ou integrar diferentes agrupamentos de concorrentes, subcrevendo, simultaneamente, diferentes trabalhos de conceção.
6. Cada Concorrente/Agrupamento de Concorrentes deve formar uma Equipa de Projeto, constituída obrigatoriamente por um arquiteto, autor do projeto ordenador, e por todos os técnicos que considere indispensáveis para o desenvolvimento do Trabalho de Conceção.
7. A coordenação de projeto deverá ser preferencialmente assumida pelo autor do projeto ordenador, sem prejuízo do disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
8. A identificação dos membros da equipa projetista deve constar do Anexo III aos presentes Termos de Referência.

#### ARTIGO 10.º Impedimentos

1. Não podem ser Concorrentes as entidades singulares ou coletivas que se encontrem em qualquer situação de impedimento legal, de acordo com o disposto no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).
2. Estão ainda impedidos de concorrer, ou de colaborar a qualquer título com um Concorrente, os membros do Júri, colaboradores<sup>3</sup>, peritos e consultores do mesmo, funcionários e agentes da Entidade Adjudicante, e

---

<sup>2</sup> Incluindo a Suíça, em virtude de um Acordo Bilateral com a UE em vigor desde a de julho de 2002, assim como a Islândia, a Noruega e o Liechtenstein.



outras entidades singulares ou coletivas que, por quaisquer circunstâncias, tenham tido acesso a informação privilegiada relativa ao presente procedimento.

#### ARTIGO 11.º \_ Documentos de identificação

Os Concorrentes devem apresentar um Boletim de Identificação, nos termos do Anexo III aos presentes Termos de Referência, que contenha a respetiva identificação e contactos, bem como a constituição nominativa da equipa de projeto referida nos n.ºs 6 e 7 do artigo 9.º, identificando as habilitações profissionais específicas de cada um dos seus membros.

#### ARTIGO 12.º \_ Documentos que materializam os Trabalhos de Conceção

##### 1. DOSSIER DE APRESENTAÇÃO

Os concorrentes devem apresentar em dossier de formato A4, organizado por processo que impeça a separação de folhas, as seguintes peças escritas:

- a) **Memória Descritiva e Justificativa**, com o número máximo de 20 páginas em formato A4, incluindo anexos, que descreva e justifique a Conceção preconizada, contendo:
  - i) Os critérios gerais da conceção proposta para o projeto de Regeneração Urbana do Bairro Novo
  - ii) Programa geral de intervenção, com referência a usos, rede de percursos e de circulações, estacionamento e equipamentos de apoio propostos;
  - iii) os critérios gerais de dimensionamento dos diferentes espaços e equipamentos;
  - iv) Faseamento e programação da intervenção em conformidade com o estabelecido no Programa Preliminar;
  - v) Adequação da solução face aos diversos condicionamentos existentes ou previsíveis;
  - vi) Descrição da metodologia e estratégias aplicadas na definição das várias soluções técnicas preconizadas;
- b) **Quadro Resumo de Áreas** dos diversos espaços e equipamentos previstos;
- c) **Quadro resumo de compatibilidade ou incompatibilidade com o Plano** de Pormenor do Bairro Novo, aplicável para o local ;
- d) **Estimativa do Custo Total da Intervenção**, com indicação dos valores parcelares relativos às várias áreas e componentes programáticas que a integram.

---

<sup>3</sup> Para efeitos de aplicação da definição de colaborador, entende-se por toda a pessoa singular ou coletiva que tenha com qualquer membro do Júri, de forma repetida, uma relação ou vínculo jurídico permanente, no âmbito de uma prestação de serviços acordada, à data do desenvolvimento do concurso

## 2. PAINÉIS

A solução arquitetônica proposta deve ser concretizada em peças gráficas elaboradas nas escalas indicadas, contendo os respectivos títulos, apresentadas sobre um máximo de 4 (quatro) painéis em formato DIN A1, com orientação opcional, horizontal ou vertical, podendo ser agrupados com numeração sequencial (de 1-4 a 4-4) no canto superior direito de cada painel, em material leve e autoportante, com uma espessura máxima de um centímetro.

As peças gráficas/desenhadas a elaborar deverão contemplar, no mínimo, a apresentação dos seguintes elementos:

- a) **Planta Geral de Enquadramento**, à escala 1/2000;
  - b) **Esquema de Faseamento da intervenção, Acessibilidades, Circulações e Estacionamento;**
  - c) **Perfis Gerais e Parcelares que permitam a leitura integrada da solução proposta, à escala 1/1000 e/ou 1/500;**
  - d) **Organograma** ou outra representação que permita avaliar a interligação/interdependência dos espaços funcionais previstos;
  - e) **Imagens de aspetos relevantes (interiores/ exteriores), adotando os pontos de vista considerados** mais favoráveis à representação, em três dimensões, das ideias que se desejem salientar;
3. Não é permitida aos Concorrentes a apresentação de maquetas da solução proposta, embora se admita a inclusão, nos painéis, de fotografias da mesma.
  4. Os painéis devem ser utilizados numa só face, devendo constar, além da legenda própria dos elementos gráficos e desenhados, exclusivamente a identificação do presente Concurso.
  5. É condição essencial que os Concorrentes assegurem, em todos os suportes, peças e conteúdos apresentados, o absoluto anonimato referente à(s) respetiva(s) autoria(s).
  6. Todos os elementos apresentados pelos concorrentes em suportes ou condições que contrariem o estipulado nos n.ºs 1 e 2, não serão considerados pelo Júri para efeitos de avaliação dos Trabalhos de Conceção, prevalecendo no entanto sobre os mesmos o discriminado no n.º 5.
  7. A violação de qualquer das normas antecedentes pode ser causa de exclusão do trabalho de conceção.

**ARTIGO 13.º \_ Documentos para efeitos de divulgação / exposição \_ CD/DVD-Rom**

1. Os Concorrentes deverão, ainda, apresentar um CD/DVD-Rom, apenas para efeitos de exposição e divulgação a promover pela Entidade Adjudicante, pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal , e pela ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, com os seguintes elementos:
  - a) Ficheiros de cada painel apresentado, em formato PDF ou JPEG, com 300 dpi de resolução;
  - b) Ficheiros autónomos com as várias peças escritas, peças gráficas e/ou desenhadas, que integram os painéis e a memória descritiva, em formato JPEG ou PDF (com uma resolução mínima de 300 dpi).
2. No rosto do CD/DVD, deve ser colocada uma etiqueta da qual conste unicamente a identificação do Concurso.

**ARTIGO 14.º \_ Modo de apresentação dos Trabalhos**

1. Os documentos referidos nos artigos 11.º, 12.º e 13.º devem ser referenciados e acondicionados em conformidade com o exposto nos números seguintes, estando representado no Anexo IV o esquema gráfico da sua apresentação.
2. Os documentos previstos no artigo 11.º devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «CONCORRENTE» e a designação do presente concurso.
3. Os documentos previstos no artigo 12.º devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «TRABALHO» e a designação do presente concurso, deles não podendo constar, sob pena de exclusão, qualquer das referências constantes dos documentos relativos ao Concorrente.
4. Os documentos previstos no artigo 13.º devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «DIVULGAÇÃO» e a designação do presente concurso.
5. Os invólucros referidos nos n.ºs 2, 3 e 4 são encerrados num outro, igualmente opaco e fechado, que se denomina «INVÓLUCRO EXTERIOR», no qual se deve indicar apenas a designação do presente concurso (*"Concurso Público de Conceção (Ideias) para a Regeneração Urbana do Bairro Novo da Figueira da Foz "*) e da Entidade Adjudicante (*"Município da Figueira da Foz"*).
6. Todos os documentos previstos no artigo 12.º, bem como todos os invólucros referidos nos números anteriores, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos Concorrentes, não podendo conter qualquer elemento (nome, símbolos, códigos, etc.) que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.
7. Os Trabalhos de Conceção apresentados a concurso não podem, no seu todo ou em parte, ser divulgados por qualquer meio, antes de conhecido e tornado público o Relatório Final do Júri, onde conste a avaliação e ordenação dos trabalhos, e a identidade dos Concorrentes.

**ARTIGO 15.º \_ Lugar e data limite de apresentação dos Trabalhos**

1. O «INVÓLUCRO EXTERIOR» referido no n.º 5 do artigo anterior, pode ser entregue diretamente ou enviado por correio, de acordo com o definido no artigo 16.º, devendo a sua receção ocorrer, em qualquer dos

casos, até às 16 horas do 66.º dia a contar da data de envio do Anúncio para publicação no DR e no JOUE, nas instalações da Entidade Adjudicante, referidas no n.º 1 do artigo 2.º, mais precisamente em :

Serviço de Atendimento ao Múncipe  
( horário das 9,00 horas às 16,00 horas)  
Edifício da Câmara Municipal,  
Avenida Saraiva de Carvalho,  
3084-501 Figueira da Foz  
Telefone: +351 233 403 300

2. No caso de a entrega ser feita diretamente, ao apresentante será fornecido um recibo comprovativo da mesma que mencionará unicamente a designação do presente concurso e da Entidade Adjudicante , a data, a hora e o número de ordem de entrada do trabalho recebido, em respeito pelo princípio do anonimato.

#### **ARTIGO 16.º \_ Envio por serviço postal**

1. Quando o Concorrente pretenda enviar o «INVÓLUCRO EXTERIOR» por serviço postal, terá que o efetuar sob registo, sem indicação do remetente e de modo a garantir o anonimato, de acordo com o estipulado nos números seguintes.
2. O invólucro exterior deverá ser remetido ao Júri do Concurso, com a morada da Entidade Adjudicante e com a identificação do Concurso:

##### **DESTINATÁRIO:**

**Júri do "Concurso Público de Conceção (Ideias) para a Regeneração Urbana do Bairro Novo da Figueira da Foz"**

**Câmara Municipal da Figueira da Foz**

**Edifício da Câmara Municipal**

**Avenida Saraiva de Carvalho**

**3084-501 Figueira da Foz – Portugal**

3. O Concorrente, aquando da expedição do(s) seu(s) trabalho(s) e do respetivo registo, poderá, através do site de pesquisa de registos dos CTT e caso tenha recorrido a esta entidade, verificar o dia e a hora em que ocorreu a sua entrega nas instalações da Entidade Adjudicante, devendo para tal conservar o número de registo que tenha sido atribuído, pelos serviços dos CTT, à(s) sua(s) encomenda(s).
4. Se o invólucro for enviado pelo correio, o Concorrente é o único responsável pelos atrasos ou extravios que eventualmente se verificarem, não podendo por isso considerar-se tempestivamente apresentados os documentos que deem entrada depois da data limite para receção dos Trabalhos de Conceção, ainda que o invólucro que os contenha tenha sido expedido anteriormente.

5. Não serão aceites Trabalhos de Conceção, enviados através de serviços postais, cujos portes e/ou fretes alfandegários se encontrem por liquidar.

#### **ARTIGO 17.º \_ Apresentação de vários Trabalhos de Conceção**

1. Cada Concorrente/ Agrupamento de Concorrentes pode apresentar um ou mais Trabalhos de Conceção.
2. No caso de o Concorrente apresentar mais do que um Trabalho de Conceção, deve cumprir, quanto a cada um deles, o disposto nos artigos 11.º a 16.º

#### **ARTIGO 18.º \_ Idioma**

Todos os documentos que materializam os Trabalhos de Conceção devem ser redigidos em Língua Portuguesa ou, não o sendo, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

#### **ARTIGO 19.º \_ Critérios de seleção**

1.A seleção dos trabalhos de conceção é realizada de acordo com os seguintes fatores de avaliação:

- a) Originalidade, inovação e pertinência global da solução programática e conceptual proposta, expressa como uma mais-valia para a cidade, tendo em conta a importância da área em estudo (40%);
  - b) Exequibilidade financeira e económica da solução (30%)
  - c) Qualidade geral da solução arquitetónica e urbana (30%)
2. O fator de avaliação previsto na alínea a) do número anterior compreende ainda os seguintes subfactores:
    - a) Integração e articulação da solução proposta com a respetiva envolvente;
    - b) Capacidade de valorização e atratividade;
    - c) Observância das condicionantes referidas no Programa Preliminar e anexos.
  3. O fator de avaliação previsto na alínea b) do n.º 1 compreende ainda os seguintes subfactores:
    - a) Relação do custo da intervenção com as soluções de sustentabilidade propostas ;
    - b) Faseamento espacial e temporal da Intervenção.
  4. O fator de avaliação previsto na alínea c) do nº1 compreende ainda os seguintes subfactores:
    - a) Reforço da estrutura morfológica do tecido urbano e da sua qualidade ambiental e formal;
    - b) Resposta às questões de estacionamento e circulação viária, tendo em conta os diversos equipamentos existentes e a propor;
    - c) Qualidade estética e inovação tipológica e construtiva das novas intervenções.

#### ARTIGO 20.º \_ **Apreciação dos Trabalhos de Conceção**

1. Antes da abertura de todos os INVÓLUCROS EXTERIORES, o Júri do Procedimento inscreve um número em cada um deles, procedendo posteriormente à sua abertura e inscrição desse mesmo número nos demais invólucros que o integram.
2. O Júri do concurso, depois de abertos os invólucros «TRABALHO», atribui o mesmo número a cada uma das peças que o integram, publicando em seguida um aviso nos sites designados no ponto 1. do artigo 5.º, com a indicação do tempo previsível de que necessita para tomar a sua decisão de ordenação.
3. O Júri, com base nos critérios de seleção enunciados no artigo anterior, avaliará cada um dos trabalhos apresentados a Concurso devendo as suas apreciações e respetivas fundamentações constar das atas das reuniões em que tenham lugar.
4. O Júri fará, em face dos trabalhos apresentados a concurso, uma primeira avaliação das peças escritas, gráficas e desenhadas, em termos de valor absoluto, seguida de uma segunda avaliação, em termos de valor relativo.
5. Não são admitidas classificações *ex aequo* de duas ou mais propostas exceto, e caso o Júri assim o delibere, nos casos em que o número de propostas a concurso exceda as dez, e apenas a partir do décimo primeiro classificado.
6. O Júri elabora um Relatório Final, assinado por todos os seus membros, no qual deve indicar, fundamentadamente:
  - a) A ordenação dos Trabalhos de Conceção apresentados, de acordo com os critérios de seleção previstos no artigo anterior;
  - b) A exclusão dos Trabalhos de Conceção que, designadamente:
    - i) Os invólucros tenham sido apresentados após o termo do prazo fixado no n.º 1 do artigo 15.º;
    - ii) Os documentos que os materializam, ou os invólucros referidos no artigo 14.º, contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o Concorrente;
    - iii) Não observem o consagrado no n.º 2 do artigo 1.º.
7. Do Relatório Final deverá constar a fundamentação da avaliação e ordenação de todos os projetos, especificamente com referência ao mérito relativo e absoluto dos primeiros dez classificados, e ainda quaisquer reflexões e recomendações que o Júri entenda formular.

#### ARTIGO 21.º \_ **Apresentação pública dos resultados**

1. Após a conclusão do Relatório Final do Júri, será realizada a apresentação pública dos resultados com o objetivo de se proceder à divulgação da hierarquização dos trabalhos de conceção e posterior abertura dos invólucros «CONCORRENTE» referidos no n.º 2 do artigo 14.º.
2. A realização desta apresentação pública será atempadamente divulgada através dos sites designados no ponto 1. do artigo 5.º

#### **ARTIGO 22.º \_ Audiência prévia**

Não há lugar a audiência prévia à decisão de seleção.

#### **ARTIGO 23.º \_ Prémios**

1. Ao concorrente sobre cujo Trabalho de Conceção recaia a decisão de seleção, com classificação em primeiro lugar, é atribuído pela Entidade Adjudicante um prémio de consagração que terá o valor de 8.500,00 € ( oito mil e quinhentos euros).
2. O Júri do Concurso poderá ainda propor a atribuição de uma única Menção Honrosa, que terá o valor de 1.500,00 € ( mil e quinhentos euros)
3. A atribuição do(s) prémio(s) previsto(s) nos números anteriores depende da comprovação das habilitações profissionais, conforme disposto no artigo 25º, por parte dos concorrentes premiados.
4. O(s) prémio(s) referido(s) nos números anteriores correspondem a um valor líquido de impostos, e serão entregues pela Entidade Adjudicante no prazo de 60 dias a contar da data de notificação da decisão de seleção de trabalhos e de atribuição do prémio.
5. O valor do(s) prémio(s) referido(s) nos pontos 1 e 2, será patrocinado pela Companhia de Seguros Açoreana SA, nos termos acordados com o Município.

#### **ARTIGO 24.º \_ Notificação da decisão de seleção**

1. De acordo com o Relatório Final do Júri, o órgão referido no n.º 2 do artigo 2.º dos presentes Termos de Referência seleciona o Trabalho de Conceção classificado em primeiro lugar, premiado e, se for o caso, aquele a que será atribuída a Menção Honrosa.
2. Todos os concorrentes serão notificados, por escrito, da decisão de seleção e atribuição dos prémios , pela Entidade Adjudicante.
3. As notificações indicadas no número anterior serão acompanhadas de uma cópia do Relatório Final do Júri.

#### **ARTIGO 25.º \_ Habilitações**

1. O Concorrente sobre cujos Trabalho de Conceção recaia a decisão de seleção deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão, os documentos comprovativos das suas habilitações profissionais (artigo 9.º), sob pena de caducidade da seleção do respetivo trabalho, conforme previsto no artigo 234.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. No caso de a decisão de seleção recair sobre um Trabalho de Conceção apresentado por um agrupamento de entidades singulares ou coletivas, cada pessoa coletiva que integre o agrupamento deve comprovar ainda o requisito constante da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º, sob pena de caducidade da seleção do trabalho apresentado pelo agrupamento.



3. No caso de caducidade da decisão de seleção em resultado do incumprimento do disposto nos números anteriores pelo Concorrente cujo Trabalho de Conceção haja sido selecionado, o órgão referido no n.º 2 do artigo 2.º seleciona o Trabalho de Conceção ordenado em lugar imediatamente subsequente, havendo lugar à revisão da atribuição do Prémio previstos no artigo 23.º
4. A comprovação das habilitações profissionais, de acordo com o disposto no nº 1, será também exigida ao concorrente cujo trabalho de concepção tenha merecido a atribuição de Menção Honrosa.

**ARTIGO 26.º \_ Divulgação da decisão de seleção, Publicação dos Trabalhos, Exposições e Debates/Seminários**

1. Após a decisão de seleção dos trabalhos e de atribuição do(s) prémio(s) , e depois de comprovadas as habilitações profissionais do(s) Concorrente(s) selecionado(s) e premiado(s), será esta divulgada, assim como o Relatório Final do Júri, nos sites da Entidade Adjudicante, da CIP e da ACIFF, designados no ponto 1.º do artigo 5º.
2. No prazo de 30 (trinta) dias após a decisão de seleção, a Entidade Adjudicante deve enviar um anúncio do resultado do concurso, a publicar no DR e no JOUE.
3. Decorridos no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após a decisão de seleção, e no mínimo durante os 15 (quinze) dias seguintes, a Entidade Adjudicante promoverá uma Exposição Pública dos trabalhos admitidos, na qual estará patente o Relatório Final do Júri, organizando na sua sequência Debates/Seminários que permitam a discussão pública dos conceitos subjacentes às várias propostas de intervenção.
4. Os painéis a exibir na exposição serão os mesmos que foram apresentados a concurso pelo que, posteriormente ao encerramento do mesmo, não é permitido introduzir-lhes alterações que não sejam as decorrentes da necessidade de reparação de qualquer dano entretanto ocorrido com o seu manuseamento.
5. O autor do Trabalho de Conceção que venha a ser selecionado fica responsável pela apresentação do mesmo nos Debates/Seminários previstos no n.º 4. A Entidade Adjudicante poderá, ainda, convidar outros concorrentes, consoante a pertinência dos Trabalhos apresentados para os temas em discussão.
6. A Exposição dos trabalhos e os Debates/Seminários decorrerão em local, data e hora de abertura a anunciar nos sites da Entidade Adjudicante, da CIP e da ACIFF, sendo também comunicada a todos os concorrentes e membros do Júri, por mensagem eletrónica (e-mail).

**ARTIGO 27.º \_ Devolução dos trabalhos**

1. Os documentos entregues no invólucro «TRABALHO» (n.º 3 do artigo 14.º) pelos concorrentes cujos Trabalhos de Conceção não tenham sido selecionados, ficam à disposição dos respetivos autores no Gabinete de Atendimento ao Município das instalações da Entidade Adjudicante , cessando a responsabilidade desta pelo seu depósito no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de encerramento da Exposição Pública.



2. A Entidade Adjudicante passa a deter a propriedade sobre todos os documentos entregues pelos concorrentes cujos Trabalhos de Conceção tenham sido distinguidos com Prémio de Consagração ou Menção Honrosa.

#### **ARTIGO 28.º \_ Direitos de Autor**

1. A propriedade de todos os trabalhos hierarquizados, incluindo o(s) Trabalho(s) selecionado(s) , mantém-se na esfera dos respetivos autores, não podendo estes ser usados pela Entidade Adjudicante para publicação ou qualquer outro fim, sem a sua expressa autorização, com exceção da exposição pública, da exposição on-line, dos Debates/Seminários e respetiva divulgação, conforme previsto no artigo 26.º dos presentes Termos de Referência, e em termos de contributos para o processo .
2. Para efeitos do disposto no artigo 26.º com a participação no presente concurso, os concorrentes, cujos Trabalhos de Conceção venham a ser hierarquizados, desde já autorizam a Entidade Adjudicante, a CIP e a ACIFF à divulgação dos mesmos na Exposição Pública, na Exposição on-line, nos Debates/Seminários que possam vir a ocorrer e respetiva divulgação, bem como em termos de contributos para o Plano de Regeneração Urbana a desenvolver posteriormente , sempre com referência à sua autoria.

#### **ARTIGO 29.º \_ Indemnizações**

1. No caso de anulação do Concurso, após a receção dos trabalhos e antes da elaboração, por parte do Júri, do Relatório Final, será devida a cada um dos Concorrentes cujas propostas tenham sido admitidas, uma indemnização de valor idêntico à fração resultante da divisão do montante global dos prémios, pelo número daqueles Concorrentes.
2. Caso a Entidade Adjudicante proceda à anulação do Concurso antes da notificação da decisão de seleção, mas depois de conhecida a seleção e ordenação dos trabalhos dos Concorrentes, haverá lugar ao pagamento dos prémios previstos.
3. Cada trabalho apresentado a Concurso será indemnizado pela Entidade Adjudicante, até ao valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), valor estimado para o suporte material dos trabalhos, em caso de extravio dentro dos seus serviços, durante o período compreendido entre a decisão final do Júri e a data limite fixada, em calendário, para o seu levantamento.

#### **ARTIGO 30.º \_ Calendário**

1. O calendário do Concurso, a iniciar com a data do envio do respetivo Anúncio para publicação na II Série do Diário da República, no Jornal Oficial da União Europeia, será o seguinte:

- **Pedidos de esclarecimento:** até ao 22.º dia após a data de envio do Anúncio para publicação no DR e no JOUE;



- **Respostas aos pedidos de esclarecimento:** até ao 44.º dia após a data de envio do Anúncio para publicação no DR e no JOUE
  - **Receção dos trabalhos:** até às 16 horas do, 66º dia após a data de envio do Anúncio para publicação no DR e no JOUE, nas instalações da Entidade Adjudicante .
  - **Apresentação pública de resultados:** em data a definir pelo Júri, a anunciar nos sites designados no ponto 1. do artigo 5º.
  - **Notificação da decisão de seleção e de atribuição de prémios, aos Concorrentes:** nos 15 (quinze) dias subsequentes à data da conclusão do Relatório Final;
  - **Prazo para apresentação dos Documentos de Habilitação:** nos 5 (cinco) dias subsequentes à data da notificação;
  - **Publicação do Anúncio do resultado do Concurso no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia:** até 30 (trinta) dias após a decisão de seleção;
  - **Pagamento dos prémios:** no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de notificação da decisão de seleção e de atribuição de prémios ;
  - **Exposição pública dos trabalhos:** data e local a definir, sendo que deverá ocorrer no mínimo durante 15 (quinze) dias, e inaugurar no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a notificação da decisão de seleção;
  - **Debates/ Seminários:** em data e hora a definir, na sequência da exposição pública dos trabalhos.
  - **Levantamento dos trabalhos:** até 30 (trinta) dias após a data de encerramento da Exposição.
2. Até à data limite de receção dos trabalhos, os prazos indicados são contados em dias seguidos de calendário; os prazos seguintes contam-se em dias úteis.
  3. Após o envio do Anúncio para publicação serão divulgadas, nos sites designados no ponto 1 do artigo 5º, as datas correspondentes aos prazos indicados até à receção dos trabalhos.

-----